



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP

PESQUISA NACIONAL DIVERSIDADE NA ESCOLA
SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

Este sumário executivo descreve a Pesquisa Nacional Diversidade na Escola, promovida pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Esta pesquisa é composta de duas etapas: a primeira utilizou uma metodologia qualitativa e foi conduzida pelo Centro e Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais e a segunda, de caráter quantitativo, executada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Esta pesquisa está centrada nas questões de preconceito e discriminação no ambiente escolar, com enfoque nas seguintes áreas temáticas: étnico-racial, gênero e orientação sexual, geracional, territorial, de deficiência e socioeconômica.

ANTECEDENTES E OBJETIVOS DA PESQUISA

A estruturação de uma política pública federal de promoção da diversidade na educação – missão da recém-criada Secad – demanda a produção de subsídios informacionais que indicassem a dimensão e a complexidade do problema que se planejava combater, qual seja: a persistência de práticas discriminatórias geradoras de desigualdades no campo educacional devidas a diferenças de raça/etnia, orientação sexual, gênero, geração, territorialidade e cultura. A necessidade de uma pesquisa investigativa de âmbito nacional foi constatada em 2005, quando se evidenciou a insuficiência de indicadores educacionais que aferissem questões relativas à diversidade, especialmente as diferenças entre grupos específicos.

Na política educacional normalmente são utilizados indicadores universais, que não expressam dimensões como gênero, orientação sexual, territorialidade, entre outros, o que impede a avaliação dos efeitos da vulnerabilidade e da exclusão social sobre o desempenho escolar. A literatura que se ocupa especificamente das questões da discriminação na escola restringe seu foco, muitas vezes, às questões de raça e gênero, deixando de lado outras clivagens, como territorialidade e origem espacial, orientação sexual, faixa etária etc.

A Pesquisa Nacional Diversidade na Escola começou a ser pensada pela Secad em 2005 para responder à demanda por indicadores de percepções da comunidade escolar quanto a atitudes preconceituosas e ações discriminatórias na escola e por uma linha de base sobre a correlação entre discriminação e desempenho escolar. Definiu-se como objetivo central desta pesquisa a mensuração de atitudes preconceituosas dos atores escolares e de situações de discriminação ocorridas no ambiente escolar, assim como sua influência no acesso, na permanência, na trajetória e no

desempenho escolar dos estudantes, de forma a subsidiar a formulação de políticas e estratégias de ação que promovam, a médio e longo prazos, a redução das desigualdades em termos de resultados educacionais, o respeito e a educação para a diversidade.

Dado o ineditismo de uma pesquisa deste porte e com tais objetivos, a equipe de coordenação da pesquisa, formada por representantes da SECAD e do INEP, decidiu que ela deveria ser constituída por duas etapas: uma qualitativa e outra quantitativa. A pesquisa qualitativa deveria permitir: (i) compreender como a diversidade na escola é percebida pela comunidade escolar (diretores, professores e profissionais da escola, estudantes, pais, mães e responsáveis) e pelos gestores municipais e estaduais; (ii) identificar e caracterizar as categorias relativas às temáticas da diversidade; (2) problematizar como tais categorias poderiam ser usadas na formulação dos itens e questões dos instrumentos de coleta de dados.

Em junho de 2006, a Secad contratou o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) do Departamento de Demografia da UFMG para a realização da pesquisa qualitativa. O roteiro metodológico utilizado na pesquisa foi resultante de um conjunto de oficinas, coordenadas pela Secad e Inep com a participação de especialistas (advindos de outros órgãos governamentais, da universidade e de movimentos sociais), que visava suscitar exemplos de ações de discriminação e preconceito da comunidade escolar. Os temas discutidos contemplavam conteúdos discutidos nas áreas de educação para relações étnico-Raciais, para gênero e orientação Sexual, do campo, socioeconômica (territorialidade), educação especial (hipossuficiência) e educação de jovens e adultos (geracional).

Com as categorias identificadas e problematizadas, a pesquisa foi iniciada em novembro de 2006 e abrangeu 10 municípios brasileiros em cinco estados distribuídos em todas as regiões. Em cada região, foram escolhidas as capitais e cinco municípios de médio porte. Foram realizadas 25 entrevistas em profundidade com cinco Secretários (as) Estaduais de Educação, dez Secretários (as) Municipais de Educação, dez diretores (as) de escolas. Além disso, foram feitos 40 grupos focais com estudantes do ensino médio, estudantes de EJA, professores(as) e pais/responsáveis em cada uma das cinco capitais e, nos cinco municípios de médio porte, grupos com estudantes do ensino fundamental (7^a e 8^a), profissionais da escola, professores(as) de escolas do campo e estudantes de escola do campo. O material resultante dos grupos focais foi tratado inicialmente através do programa para leitura de conteúdo lingüístico denominado ALCESTE 4.5¹ que permite realizar a análise de conteúdo mecanizada, por meio da técnica de análise hierárquica descendente de conteúdo textual que gerou itens que poderiam ser inseridos nos instrumentos.

¹ O ALCESTE é um software criado para o sistema operacional *Windows*, que possibilita analisar quantitativamente os dados textuais, tendo por base as leis de distribuição do vocabulário nos textos transcritos ou escritos.

Em abril de 2007, a Secad, Inep e Cedeplar realizaram mais cinco oficinas temáticas, das quais participaram os mesmos especialistas que haviam participado das anteriores para validar as categorias até então identificadas e começar a construção do instrumento de coleta de dados quantitativos. Após período de aperfeiçoamento dos instrumentos, o Inep, em julho de 2008, celebrou um convênio com a Fipe para a realização da etapa quantitativa da pesquisa.

ETAPA QUANTITATIVA: ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO E ESPECIFICAÇÕES METODOLÓGICAS

Face à natureza da pesquisa – mensuração de crenças, atitudes e comportamentos comuns e específicos entre diferentes populações-alvo – foi definido o emprego do método de pesquisa survey, compreendendo a construção de cinco instrumentos de coleta de dados respondidos por meio da técnica de auto-preenchimento pelos públicos-alvo da pesquisa (Diretores, Professores e Funcionários das Escolas, Alunos e Pais / Mães de alunos participantes do conselho escolar), e estruturados a partir dos resultados da realização das oficinas acima citadas.

O foco central da pesquisa refere-se ao uso conjunto de três conceitos fundamentais: (1) atitudes que expressam preconceito; (2) a distância social, que indica comportamento discriminatório, medida pela escala de Bogardus; e (3) o conhecimento de práticas discriminatórias no ambiente escolar (*bullying*).

Em relação à medida de atitudes que expressam preconceito, os questionários consideraram um conjunto de 83 frases relacionadas às 7 áreas temáticas de preconceito e discriminação do estudo. Estas frases foram estruturadas através de uma escala ordinal do tipo Likert de quatro pontos. As frases representam afirmações cujas respostas correspondem ao nível de concordância com cada afirmação como descrito a seguir:

- (1) Discordo Muito;
- (2) Discordo Pouco;
- (3) Concordo Pouco;
- (4) Concordo Muito.

Para melhor compreensão dos resultados, as variáveis resultantes das respostas a essas afirmações foram transformadas em um índice percentual de concordância (IPC%), variando entre 0 e 100 para cada item do questionário referente às atitudes do respondente.

O segundo conjunto de frases compreende os itens dos questionários que utilizam a escala de Bogardus para a mensuração da distância social do respondente em relação a pessoas dos grupos sociais pesquisados (negros, índios, ciganos, pobres, homossexuais, moradores da periferia/favela,

moradores de áreas rurais, pessoas com necessidades especiais de natureza física e mental). A referida escala tem por objetivo medir empiricamente a predisposição do respondente em estabelecer contatos sociais em diferentes níveis de proximidade com membros desses grupos. Esta escala corresponde a um tipo específico de escala acumulativa, pois cada afirmação selecionada incorpora a idéia da afirmação anterior. Ela consiste de um conjunto de afirmações que podem ser ordenadas partindo de uma posição menos extrema até uma posição mais extrema, de forma que o padrão de resposta possa ser expresso através de um único índice que represente toda a escala ordenada.

Neste estudo, essa escala foi utilizada para verificar a distância social de cada respondente em relação aos diversos grupos sociais pesquisados. Por exemplo, em relação a uma pessoa pobre e considerando os públicos do corpo técnico e de funcionários da escola, foi solicitado que os respondentes assinalassem apenas a frase com a qual concordassem com maior intensidade dentre as listadas a seguir:

- a) Aceitaria como aluno(a) da escola.
- b) Aceitaria que meu(minha) filho(a) se casasse com ele(a).
- c) Aceitaria que estudasse em minha casa com meu(minha) filho(a).
- d) Aceitaria que meu(minha) filho(a) namorasse com ele(a).
- e) Aceitaria como colega de trabalho na escola.
- f) Aceitaria como aluno(a) na minha sala de aula.

Essas frases foram então reordenadas para refletir a posição de aceitação do ponto mais extremo da escala para o menos extremo, conforme apresentado a seguir: o conceito subjacente a essa escala é o de que, se o respondente concorda mais fortemente com a frase em que ele aceitaria que seu filho se casasse com uma pessoa pobre, há menor distância social entre o respondente e essa pessoa, então ele automaticamente aceitaria as demais frases, ou seja, apresentaria menor distância em relação a esse grupo social dentre as situações apresentadas, recebendo o menor valor para a escala (1). Por outro lado, se a frase com a qual ele concorda com maior intensidade é a de que ele aceitaria essa pessoa pobre como aluno da escola, pressupõe-se que não aceitaria as cinco demais situações e, portanto, o respondente apresenta a maior distância em relação a esse grupo social, sendo atribuído o maior valor para a escala de distância social (6).

A partir desse conceito, foram criados nove indicadores que contêm os escores dessa escala para os nove conjuntos de frases contidas no questionário, com valores possíveis entre 1 (comportamento menos discriminatório) a 6 (comportamento mais discriminatório). Para melhor compreensão dos resultados, as variáveis de distância social foram transformadas em um índice percentual de distância social (IPCD%), variando de 0 a 100 para cada uma das nove variáveis, de forma a permitir a comparabilidade com os resultados das medidas de preconceito.

O terceiro conjunto de frases relaciona-se com o conhecimento da existência de situações de humilhação, agressão física, acusação injusta e outras situações presenciadas na escola em função do pertencimento aos seguintes grupos sociais: negros, índios, ciganos, pobres, homossexuais, moradores da periferia/favela, moradores de áreas rurais, pessoas com necessidades especiais de natureza física e mental, idosos e mulheres.

Essas frases foram estruturadas através de uma escala ordinal de três pontos que mede o grau de conhecimento de cada respondente acerca da ocorrência de situações de bullying motivadas pelo pertencimento das vítimas aos 11 grupos sociais mencionados acima. A escala utilizada para medir o conhecimento sobre essas situações é a seguinte:

- (1) Nem vi, nem soube que aconteceu nesta escola;
- (2) Não vi, mas soube que aconteceu nesta escola;
- (3) Vi nesta escola.

Com o propósito de facilitar a compreensão e a comparabilidade dos resultados com os escores relativos às demais dimensões (atitudes e distância social) foram criados escores para cada grupo social a partir da média dos valores medidos em cada frase, variando entre 0 e 100.

Um ponto importante no processo de construção do instrumento de pesquisa foi a formulação de perguntas que expressassem estes três conceitos (atitudes, distância social e conhecimento de situações de bullying) tendo como ponto de partida o universo cognitivo dos potenciais respondentes. As frases que denotam estes conceitos nos instrumentos utilizados foram construídas a partir das mesmas expressões e frases utilizadas pelas pessoas participantes durante os focus groups realizados na etapa qualitativa. Este procedimento teve por objetivo garantir que as perguntas que compuseram o instrumento fizessem parte deste universo cognitivo, facilitando a sua compreensão pelos respondentes da pesquisa

Com relação ao tipo de amostra utilizada na pesquisa, foi selecionada uma amostra probabilística de 501 escolas – tamanho este que proporciona um erro amostral inferior a 4,5%, com nível de confiança de 95%, nas estimativas em nível nacional – dentre o universo de escolas públicas das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais, que ofereciam um ou mais dos seguintes níveis / modalidades de ensino: últimas séries do ensino fundamental regular (7ª ou 8ª), última série do ensino médio regular (3ª ou 4ª) e segundo segmento do ensino fundamental e médio do EJA – Educação de Jovens e Adultos. A seleção da amostra foi efetuada considerando-se o critério PPT – Probabilidade Proporcional ao Tamanho, em função do número de matrículas de cada escola, respeitando a sua proporcionalidade por região demográfica, localização da escola (capital e não-capital) e nível/modalidade de ensino (EFR, EMR e EJA), conforme a distribuição obtida a partir de dados do Censo Escolar de 2007.

Em cada escola selecionada, planejou-se coletar os dados junto ao diretor ou coordenador de

ensino, uma turma de alunos, dois professores – um de português e outro de matemática, dois funcionários e dois pais de alunos participantes do conselho escolar, sempre relativos ao nível/modalidade em que a escola foi sorteada. A amostra final da pesquisa resultou em questionários respondidos por 501 diretores, 1.005 professores, 1.004 funcionários, 15.087 alunos e 1.002 pais/mães de alunos.

RESULTADOS

A análise dos resultados do processamento dos dados coletados junto aos respondentes que compuseram a amostra da pesquisa revelou que estes apresentam atitudes que indicam, de maneira geral, um grau relativamente baixo de preconceito em relação aos aspectos pesquisados para as sete áreas temáticas de discriminação (étnico-racial, de deficiência, de gênero, geracional, sócio-econômica, territorial e de orientação sexual).

Os valores médios para os índices percentuais de concordância com as afirmações preconceituosas, compostos pela média dos diversos aspectos que compõem cada área temática, apresentaram valores inferiores a 50% (entre 20,6% e 38,2%), indicando que, na média, os respondentes manifestam atitudes discordantes das afirmações preconceituosas apresentadas no questionário.

A área temática que apresentou os maiores valores para o índice percentual de concordância com as atitudes preconceituosas foi a que exprime o preconceito em relação a gênero (38,2%), seguida pelas áreas referentes a preconceito geracional (37,9%), em relação à deficiência (32,4%), à orientação sexual (26,1%), à socioeconômica (25,1%), à étnico-racial (22,9%) e à territorial (20,6%).

Embora nenhuma área temática tenha apresentado valores superiores a 50% para o índice percentual de concordância, alguns itens que compõem essas áreas apresentaram resultados que indicam um grau mais elevado de preconceito. Por exemplo, os respondentes da pesquisa concordam, com índice percentual de concordância de 63,5%, que os estudantes deficientes (visuais e auditivos) deveriam estudar em escolas especiais para seu tipo de deficiência; ou que a mulher é mais habilidosa do que os homens para lidar com tarefas domésticas, como cozinhar e cuidar da casa, com índice percentual de concordância de 55,7%.

Em complemento às análises das atitudes preconceituosas em relação aos aspectos das áreas temáticas da pesquisa, utilizou-se uma escala acumulativa que apresenta maior robustez na mensuração efetiva de comportamentos, com o objetivo de medir o comportamento discriminatório dos respondentes em relação a certos aspectos da diversidade considerados no estudo.

É extremamente importante observar que, embora os respondentes tenham apresentado, na média, valores abaixo de 40% de concordância com atitudes preconceituosas, os valores obtidos para o índice percentual de comportamento discriminatório oscilaram entre 55% e 72%, indicando que estes mesmos respondentes, na média, não aceitam a diversidade como parecem perceber e possuem comportamentos que efetivamente denotam discriminação.

O comportamento em relação a pessoas homossexuais foi o que apresentou o maior valor para o índice percentual de discriminação, com 72%, seguido do comportamento discriminatório em relação a pessoas portadoras de deficiência mental (70,9%), ciganos (70,4%), portadores de deficiência física (61,8%), índios (61,6%), moradores da periferia e/ou de favelas (61,4%), pessoas pobres (60,8%), moradores e/ou trabalhadores de áreas rurais (56,4%) e negros (55%).

Os resultados da análise das relações entre as áreas temáticas de diversidade pesquisadas demonstram que a ocorrência de discriminação em uma área, em geral, não ocorre de maneira isolada. As percepções discriminatórias em relação às áreas temáticas da pesquisa se mostraram fortemente correlacionadas, com coeficientes estatisticamente significativos a $p < 0,01$ e iguais ou maiores a 0,511. O mesmo foi observado para os comportamentos discriminatórios. O comportamento discriminatório em relação a um determinado aspecto da diversidade vem, em geral, acompanhado de comportamentos similares em relação aos outros aspectos pesquisados.

No entanto, é importante notar que os coeficientes para as correlações entre as atitudes e os comportamentos apresentaram valores muito mais baixos, apesar de significativos a $p < 0,01$, indicando que a relação entre atitude e comportamento discriminatório é mais frágil. Esse resultado foi confirmado pela utilização da técnica de equações estruturais para a verificação das relações de causa-efeito entre as atitudes e os comportamentos, por meio da qual se observou que o poder explicativo de variações no comportamento discriminatório em função de variações no construto de atitudes em relação às diversas áreas temáticas consideradas no estudo é baixo (com valores inferiores a 7% para o R^2 do construto de comportamento discriminatório, em função do construto de atitudes). Estes resultados sugerem que o comportamento discriminatório dos respondentes nem sempre é consistente com o preconceito ou atitude preconceituosa por ele percebida.

Um exemplo deste fenômeno é a diferença entre a atitude preconceituosa e o comportamento discriminatório verificada entre os públicos-alvo da pesquisa. O corpo técnico e administrativo das escolas constituem o público que apresenta as atitudes menos preconceituosas. Entretanto, os resultados indicam que estes mesmos atores apresentam comportamentos mais discriminatórios que os alunos e os pais / mães. Foram ainda realizadas análises comparativas de atitudes e comportamentos de acordo com outras características dos respondentes, a saber:

- Gênero e faixa etária do respondente: os resultados indicam que pessoas do sexo feminino e pessoas de faixas etárias mais altas apresentam, de maneira geral, tanto atitudes menos preconceituosas quanto comportamentos menos discriminatórios;
- Região do País: assim como para os públicos-alvo da pesquisa, existem diferenças entre as atitudes e o comportamento discriminatório. Os respondentes das regiões Sudeste e Sul apresentam as atitudes menos preconceituosas, enquanto aqueles das regiões Nordeste e Norte apresentam maior preconceito. Entretanto, a análise do comportamento discriminatório sugere que, na média, os respondentes da região Sul são os que apresentam maior discriminação, enquanto que aqueles das regiões Nordeste e Norte são os que apresentam comportamento menos discriminatório;
- Acesso a Meios de Informação: os resultados indicam que, quanto maior o acesso a meios de informação (rádio, TV, jornais, revistas, internet) em termos de qualidade e quantidade, menor a atitude preconceituosa do respondente. Em termos de comportamento, respondentes com acesso muito baixo ou muito alto a meios de informação apresentam menor discriminação do que aqueles com grau intermediário de acesso;
- Cor / Etnia: os respondentes negros, mulatos, pardos e brancos apresentaram os menores níveis de preconceito, em função das atitudes verificadas, enquanto que os amarelos ou orientais apresentaram atitudes mais preconceituosas. Entretanto, a análise do comportamento revela que os respondentes brancos seguidos dos amarelos ou orientais são os que apresentam comportamentos mais discriminatórios, enquanto que cafusos, caboclos e índios apresentam, na média, comportamentos que exprimem menor discriminação;
- Religião: os respondentes que não possuem religião são os que apresentam, na média, os maiores valores para os índices de preconceito e discriminação, enquanto que respondentes de outras religiões que não a católica ou a evangélica (budista, candomblé, umbanda, espírita, judaica, muçulmana e outras) apresentam os menores valores para as atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios.
- Modalidade de Ensino: professores e, principalmente, os alunos do ensino fundamental apresentam maiores níveis de preconceito e distância social do que os respondentes do nível médio, tanto do ensino regular, quanto do EJA;
- Porte da Escola: respondentes de escolas maiores em termos do seu número de matrículas, especialmente seus alunos, apresentam atitudes em geral menos preconceituosas. Os

respondentes do corpo técnico de escolas maiores (diretores e professores) também apresentam, de maneira geral, menores níveis de distância social em relação aos grupos sociais pesquisados. Entretanto, parece não haver diferenças para a distância social de alunos em função do tamanho de sua escola;

- Localização da Escola: escolas urbanas das capitais apresentam menores níveis de preconceito entre seus alunos e seu corpo técnico do que em escolas urbanas localizadas fora das capitais e, principalmente, do que em escolas rurais. O mesmo se verifica para a distância social dos respondentes do corpo técnico das escolas, que é menor em escolas urbanas, especialmente as das capitais. No entanto, entre os alunos verifica-se que em escolas urbanas, e especialmente nas das capitais, a distância social em relação aos grupos pesquisados é maior do que a verificada em escolas rurais.

A utilização de modelos hierárquicos lineares (HLM) e da técnica de regressão linear múltipla evidenciou ainda que as características intrínsecas dos alunos são as principais responsáveis pelos diferentes valores nos índices de distância social e nas atitudes preconceituosas. Somente uma pequena porcentagem dessa variação nos indicadores pode ser atribuída às características das escolas, especialmente nos índices de distância social. Em média, cerca de 83% da variância no preconceito apresentado pelos alunos pode ser explicado por características demográficas intrínsecas dos próprios alunos, enquanto 17% desta variância são explicados por características das escolas. Para a distância social, as características demográficas dos alunos respondem por cerca de 91% da variância dos indicadores.

Com relação aos resultados relativos a *bullying*, construiu-se um índice percentual de conhecimento de situações discriminatórias, o qual indica, em uma escala que varia entre 0 e 100, o nível de conhecimento dos respondentes sobre a ocorrência de práticas discriminatórias nas escolas públicas pesquisadas, em que 0 indica que nenhum respondente soube da ocorrência de tais situações e 100 indica que todos os respondentes já viram ocorrências tanto de humilhações como de agressões físicas e acusações injustas em suas escolas. Como resultados, tem-se que os alunos são o grupo mais vitimados por práticas discriminatórias, ou seja, 10,5% dos respondentes afirmaram ter sabido da ocorrência de tais práticas contra alunos ao passo que 5,3% afirmam ter tido conhecimento de tais práticas contra professores e 4,9% contra funcionários.

Em termos de valores médios observados nas escolas para o conhecimento de práticas discriminatórias sofridas pelos três grupos, tem-se que:

- os alunos negros e pobres são os mais vitimados por práticas discriminatórias, apresentando índices de conhecimento de situações de bullying (IPCSB) de 19% e 18,2%, respectivamente;

- entre os professores, são os idosos e homossexuais que apresentaram os maiores ICSDs, quais sejam: 8,9% e 8,1%, respectivamente;
- entre funcionários, os maiores índices são os de pobres (7,9%) e idosos (7,6%).

De acordo com o índice de conhecimento de todos os agrupamentos de atores da pesquisa, as principais vítimas de *bullying* na escola são as pessoas negras, os pobres, homossexuais, mulheres e idosos. Nota-se que o conhecimento dessas situações é maior entre os alunos da escola e menor entre os pais, especialmente no que se refere ao *bullying* em relação a: negros (12% para o índice percentual de conhecimento de situações de *bullying* entre os alunos e 6% entre os pais e mães); pobres (12% e 6%, respectivamente) e homossexuais (11% e 5%).

Outra descoberta relevante feita pela pesquisa é a de que as escolas em que os alunos apresentam maior nível de atitude preconceituosa tendem a apresentar maiores níveis de conhecimento da ocorrência de práticas discriminatórias ofensivas. Em seguida, entretanto com peso relativo bastante inferior, está a distância social destes mesmos alunos em relação aos grupos sociais da pesquisa. É importante ressaltar que estes resultados indicam apenas como estes fenômenos – atitude preconceituosa e distância social – estão relacionados com as práticas discriminatórias conhecidas na escola. Não é possível, no entanto estabelecer relações de causalidade entre eles, ou seja, é possível afirmar que o preconceito entre os alunos e o *bullying* caminham conjuntamente, havendo maior incidência de práticas discriminatórias em escolas em que os alunos apresentam atitude mais preconceituosa. Não se pode afirmar, no entanto, que estas práticas são consequência do preconceito verificado entre os alunos. Os resultados indicam que o conjunto de atitudes preconceituosas e as distâncias sociais dos diversos públicos alvo da pesquisa são capazes de explicar cerca de 18% da variação do conhecimento de situações discriminatórias nas escolas.

Com o intuito de avaliar as relações entre os níveis de preconceito, de distância social e de conhecimento de práticas discriminatórias ofensivas no ambiente escolar e o desempenho dos alunos das escolas públicas brasileiras, foram realizadas análises cruzando os resultados na Prova Brasil 2007 para cada escola urbana pesquisada e os resultados observados para os indicadores de preconceito e discriminação. Os resultados indicam que escolas em que se observaram atitudes mais preconceituosas entre os alunos apresentaram avaliações mais baixas nas avaliações de matemática e português da Prova Brasil 2007. Os resultados indicam que existem relações negativas entre o preconceito expresso pelas atitudes dos diversos atores escolares e as notas médias na avaliação da Prova Brasil nas escolas. A correlação negativa indica que, escolas em que os escores que medem o preconceito apresentam valores mais elevados tendem a apresentar médias menores para as avaliações na Prova Brasil. Nota-se ainda que esta relação é mais forte para o preconceito dos

alunos, ou seja, em escolas em que os alunos apresentam maior preconceito, as avaliações tendem a ser menores.

Os resultados observados indicam que variações positivas no conhecimento de práticas discriminatórias ofensivas contra professores e funcionários das escolas pesquisadas e na atitude preconceituosa dos alunos são os fatores que estão mais fortemente correlacionados com variações negativas no desempenho escolar dos alunos, medido por meio da Prova Brasil. Ou seja, escolas em que há maior conhecimento de práticas discriminatórias em que professores e funcionários são vítimas e naquelas onde os alunos apresentam maior nível de preconceito há a tendência de desempenho mais baixo na prova Brasil 2007. É importante notar também que o poder explicativo de variações nos resultados obtidos pelas escolas na Prova Brasil por meio de variações nas atitudes dos atores do ambiente escolar, da distância social que estão predispostos a manter em relação aos grupos sociais pesquisados e do conhecimento de situações de *bullying* em que alunos, professores e funcionários são vítimas pode ser considerado relevante (30%), especialmente em se tratando de estudos sociais dessa natureza.

A literatura e experiências mostram que a mudança desse ambiente discriminatório marcadamente dissimulado leva muitos e muitos anos, possivelmente até gerações. No entanto, é preciso iniciar e potencializar esse processo por meios de ações corajosas, envolvendo disseminação de informações (condição necessária, mas não suficiente para a promoção de mudanças), realização de ações específicas e pontuais, implementação de planos que visem a mudança de comportamento e, principalmente, a longo prazo, ações que promovam a mudança de atitudes dos agentes escolares em relação à percepção da diversidade.